



Título XIV
Da Revisão
Art. 30. O Instrumento de Cooperação Técnica poderá ser revisado por assentimento das Partes Contratantes, de acordo com o roteiro estabelecido pelo IICA e a ABC.

Parágrafo Único. As revisões de que trata este artigo, sempre de comum acordo, poderão ser propostas pelo Governo Brasileiro, por intermédio da ABC/MRE ou da SE/MAPA, e pelo IICA, mediante sua Representação no Brasil.

Título XV
Da Denúncia
Art. 31. O presente Instrumento de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes por meio de notificação, feita com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, preservando-se, entretanto, a continuidade das ações e atividades em curso.

Parágrafo Único - Em caso de denúncia, serão preservadas as ações e as atividades em execução, devendo as partes estabelecer os procedimentos de conclusão dos contratos e obrigações em vigência.

Título XVI
Da Suspensão e da Extinção
Art. 32. O documento de projeto poderá ser suspenso caso ocorra o descumprimento de quaisquer das cláusulas pactuadas, bem como:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o objetivo constante no documento de projeto;
- b) interrupção das atividades do projeto, em razão da indisponibilidade dos recursos previstos em seu orçamento;
- c) não apresentação dos relatórios de progresso nos prazos estabelecidos;
- d) baixo desempenho operacional e técnico em um período superior a doze meses de implementação, atestado em relatório de desempenho aprovado pelo órgão ou instituição executora nacional, pela ABC e pelo organismo internacional cooperante;
- e) interrupção das atividades do projeto sem a devida justificativa.

Parágrafo Único. O Documento de projeto será extinto caso as razões determinantes da suspensão aplicada em função do caput do presente artigo não tenham sido corrigidas.

Título XVII
Da Solução de Controvérsias
Art. 33. As divergências que possam advir na execução do presente acordo serão dirimidas de comum acordo entre os representantes das partes.

Título XVIII
Dos Privilégios e Imunidades do IICA
Art. 34. Nenhuma das provisões deste Termo de Cooperação deve ser interpretada como recusa implícita ou explícita de quaisquer privilégios e imunidades dispensados ao IICA por força dos atos internacionais celebrados com o Governo Brasileiro ou de convenções, leis ou decretos de caráter nacional ou internacional, ou de qualquer outra natureza.

Título IX
Das Disposições Gerais
Art. 35. Para as questões não previstas no presente Termo de Cooperação aplicar-se-ão as disposições da “Carta da Organização dos Estados Americanos”, da “Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura” e do “Acordo Básico sobre Privilégios e Imunidades e Relações Institucionais”, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o IICA, além das demais fontes do Direito Internacional Público.

Título XX
Da Vigência
Art. 36. O presente Instrumento de Cooperação Técnica entra em vigor na data da sua assinatura e terá duração de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado.

Feito em Brasília, DF, aos 26 dias do mês de outubro de 2005, em dois exemplares originais, em português, sendo todos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Embaixador LAURO BARBOSA DA SILVA
MOREIRA
Diretor-Geral da Agência Brasileira de Cooperação
- ABC/MRE

Pelo Organismo de Cooperação Técnica Internacional

CARLOS AMÉRICO BASCO
Representante do Instituto Interamericano de
Cooperação para a Agricultura

ANEXO

Projeto de Cooperação Técnica

Sumário

1. Descrição da Situação Problema

1.1 - Contexto sócio-econômico do setor relacionado ao Projeto.

1.2 - Problema específico a ser abordado

2. Cenário Final Esperado

3. Beneficiários

4. Objetivos e Produtos do Projeto de Cooperação Técnica

4.1 - Objetivo de Desenvolvimento

4.2 - Objetivo(s) Imediato(s)

4.3 - Produtos

5. Estratégia de Desenvolvimento e Articulação Institucional

6. Matriz Lógica do Projeto

7. Insumos

8. Orçamento

9. Cronograma de Execução

1. Descrição da Situação Problema

1.1 - Contexto sócio-econômico do setor relacionado ao Projeto:

Nas últimas décadas, o agronegócio¹ brasileiro cresceu em tamanho, diversificou-se em produtos e ampliou suas fronteiras rumo ao Centro-Oeste. Atualmente, o agronegócio brasileiro é responsável por 34% do PIB (R\$ 508,27 bilhões), 43% das exportações e 37% dos empregos, sendo 17,7 milhões desses empregos somente no campo. Em 2003, as exportações do agronegócio superaram a casa dos US\$ 30 bilhões, sendo de fundamental importância para manutenção do superávit da balança comercial brasileira desde o ano 2000.

No período de 1990/91 a 2003/04, a produção de grãos aumentou 107,8%, passando de 57,8 milhões para 120,1 milhões de toneladas, enquanto a área plantada ampliou-se em somente 24,1%, passando de 37,8 milhões para 46,9 milhões de hectares, o que significou uma elevação da produtividade média nesse período. Os recursos humanos qualificados e novas tecnologias permitiram ao Brasil conseguir ganhos significativos de produção, mesmo com reduzida incorporação de área cultivada. Em carnes, o crescimento médio da produção foi de quase 10% ao ano para o frango, próximo de 5% ao ano para a carne bovina e de 7% ao ano para a carne suína.

Atualmente, o Brasil é o primeiro país no ranking de produção e exportação de açúcar, suco de laranja e café e primeiro em exportação de carne bovina, frango, soja e álcool. Outro aspecto importante a ser considerado é a conquista de produtos brasileiros no contexto de novos mercados, a exemplo do Oriente Médio e da Ásia. Em consequência, o agronegócio brasileiro ganhou também maior projeção no cenário internacional.

A expectativa, para os próximos anos, é que a produção de grãos e de carnes continue a crescer a taxas elevadas, atendendo à demanda dos consumidores brasileiros e para a exportação, contribuindo para o equilíbrio das contas externas brasileiras e para a inserção social e a melhoria do bem-estar da população brasileira por meio da geração de renda e emprego.

Além desse cenário, surgem permanentemente novas demandas, a quais estão contempladas nos programas e ações de 2005 do Plano Plurianual e entre elas, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) priorizou, para o período de 2005/2006, os temas controle sanitário, tecnificação da agricultura, qualidade de produtos, agroenergia, agregação de valor, negociações internacionais, representação setorial, política agrícola, sustentabilidade dos recursos naturais na agricultura, inclusão social dos pequenos produtores e excelência na administração.

Os atores envolvidos nesses temas prioritários vão desde funcionários da instituição até componentes das cadeias produtivas do agronegócio, os quais possuem uma variedade de características próprias, oscilando de um perfil conservador e pouco acesso à informação e à tecnologia até àqueles extremantes pró-ativos e tecnologicamente atualizados.

1.2 - Problema específico a ser abordado:

O MAPA, como um agente de definição e implementação de políticas públicas para agronegócio, vive uma fase de aperfeiçoamento de sua gestão e estratégia operacional que lhe permita oferecer oportunas respostas ao dinamismo do agronegócio brasileiro, no sentido de prestar informações e serviços que promovam a produtividade, a sanidade e a qualidade, tendo em vista a competitividade desse setor com fulcro maior no bem-estar da sociedade.

Uma das principais deficiências do MAPA está relacionada com a dificuldade de formular diretrizes e definir prioridades de longo prazo que subsidiem a alocação estratégica de recursos em ações futuras e prioritárias que atendam aos interesses nacionais e dos agentes das cadeias do agronegócio.

Tal dificuldade se lastreia no frágil conhecimento do MAPA sobre tendências e necessidades presentes e futuras do agronegócio em função da baixa capacidade de integração e comunicação do Ministério com o ambiente externo, em decorrência, também, de pontos de estrangulamentos identificados no processo de planejamento e nas dificuldades de priorização e sistematização de informações relacionadas à gestão de interesses dos públicos-alvos. Tudo isso é reforçado pela fraca percepção da existência de significativo grau de insatisfação dos clientes do MAPA com relação aos serviços por ele prestados, fortemente afetados pela pouca flexibilidade nos processos decisórios e pela baixa agilidade para acompanhar as rápidas mudanças ocorridas nas cadeias do agronegócio.

O MAPA carece de um sistema de gestão de ativos de informação e processos de comunicação e gestão de conhecimento. Desse problema, derivam outros tais como baixo cumprimento de normas, insuficiente nível de instrução nos processos de aquisição de bens e serviços, articulação deficiente entre os diversos sistemas de informação do Ministério e dispersão de informações de interesse dos usuários do MAPA.

A falta de sistemática nos processos de gestão do conhecimento tem impacto no desenvolvimento de pessoas, o que leva a carências específicas como ausência de quadros especializados em tratamento de informação, o que, por sua vez, causa, por exemplo, baixos níveis de estruturação de documentos na Biblioteca Nacional de Agricultura. Tudo isso compromete comunicação entre as áreas interessadas e dificulta a operacionalização de ações de rotina, a exemplo de novas aquisições para o acervo.

Por sua vez, a pouca normatização dos processos de comunicação vem gerando baixo nível de comprometimento dos funcionários com a missão do ministério. O desconhecimento sobre a atuação dos diversos setores gera desvalorização dos sistemas de informação existentes e de seus conteúdos. Essa atitude dificulta, quando não inviabiliza, a cooperação e a consecução de objetivos estratégicos da organização.

No plano operacional, os mecanismos de programação, monitoramento e avaliação de planos, programas e ações do MAPA são ineficientes e agravam-se pela pouco conhecimento da equipe gerencial em relação aos instrumentos de planejamento e gestão. Por sua vez, a transferência de informações entre unidades e entre unidades descentralizadas e sede é falha e se agrava ainda mais com a deficiência do sistema informatizado em uso.

Por outro lado, os processos de trabalho das áreas meio e fim estão precária e insuficientemente identificados o que impede o estabelecimento de um padrão de atendimento aos usuários dos serviços do MAPA e, conseqüentemente, a afirmação e manutenção de níveis aceitáveis de qualidade.

Há fortes evidências de que, no plano geral, os servidores do MAPA carecem de uma maior capacitação para que possam efetivamente contribuir para o alcance da missão institucional do Ministério, isso pode ser constatado pelo baixo grau de internalização dos servidores do MAPA sobre a necessidade de modernização institucional.

Por sua vez, o sistema de educação corporativa está desestruturado o que propicia uma baixa participação dos servidores na definição do programa de capacitação e do pouco alinhamento entre ações de capacitação e objetivos estratégicos do MAPA.

2. Cenário Final Esperado

Por imperativo de ofício, as políticas públicas devem buscar o alcance de grandes objetivos de interesse coletivo que reflitam melhorias econômicas e sociais do país com respeito ao meio ambiente.

No caso do agronegócio brasileiro, as expectativas de evolução estão principalmente pautadas no cenário internacional, em função das possibilidades de exportação, no crescimento da economia mundial e dos principais mercados consumidores de produtos nacionais. As atenções mundiais e nacionais estarão voltadas também para as barreiras tarifárias e não tarifárias e para a celebração de acordos de comércio internacional e inter-regional, o que certamente influenciará as políticas públicas internas, com reflexos sobre aspectos cambial, monetário e fiscal.

Estrategicamente, é conveniente esboçar contextos passíveis de serem esperados nos próximos anos e, a partir daí, estabelecer estratégias, objetivos e metas que permitam equacionar o desafio futuro e buscar alternativas viáveis para o agronegócio nacional. Esta proposta, certamente, afetará o plano estratégico corporativo e os instrumentos de gestão das políticas públicas atuais do MAPA.

Apesar das dificuldades hoje existentes, é plausível esperar-se a elevação dos saldos comerciais, da disponibilidade de alimentos, dos investimentos no campo e da geração de empregos. Isso torna fundamentais os aspectos inerentes à definição de políticas públicas estratégicas para permitir a definição e o ajuste futuro do agronegócio nacional, sob a liderança do MAPA a quem caberá oferecer respostas adequadas ao dinamismo esperado do agronegócio. Em consequência, os rumos dos processos de trabalho das áreas meio e fim do ministério serão amplamente afetados.

Isso significa que se deve alcançar a agilização de procedimentos burocráticos e dos serviços de negociações, visando resultados práticos e concretos além da revisão e atualização da legislação pertinente. Para tanto é indispensável a realização de estudos de mercado e análises que subsidiem a formulação de políticas públicas.

À luz dos elementos analisados, o cenário final esperado, em termos gerais, deverá estar alinhado ao dinamismo do agronegócio e sua contextualização futura em função de expectativas internas e internacionais e o conseqüente rebate nos Planos Plurianuais. Deverá refletir, também, uma nova referência para o estabelecimento de metas e para a análise e depuração de processos de trabalho das áreas meio e fim, visando à melhoria no atendimento aos usuários dos serviços do MAPA, à agilização dos processos, procedimentos e ações e à definição de políticas de capacitação e treinamento de forma sistematizada.

Assim, o cenário final esperado deverá, especificamente, possibilitar:

a) Que as políticas públicas de iniciativa do MAPA, a partir de instrumentos estratégicos, atendam as demandas e o dinamismo do agronegócio brasileiro;

b) Que haja maior racionalização dos principais processos e implantação do sistema de planejamento gerencial que permita a avaliação e otimização de procedimentos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade, adequando-os às necessidades e expectativas dos cidadãos usuários;

c) Que a política (diretrizes, procedimentos e normas) de educação corporativa esteja alinhada ao processo de gestão e diretrizes estratégicas do MAPA e orientada pelas dimensões tecnológica, gerencial e relacional²;

d) Que haja um maior compartilhamento das informações existentes no MAPA, a partir da organização do conhecimento nas diversas áreas com agregação de valor aos produtos e serviços fornecidos pelo Ministério.

3. Beneficiários

O MAPA será, diretamente, o principal beneficiário do processo de aperfeiçoamento da gestão estratégica, da gestão do conhecimento e de capacitação. Esse processo eliminará gargalos administrativos, direcionando os servidores do Ministério para o atendimento, com qualidade, das demandas da sociedade brasileira. No MAPA, há quatro principais grupos de beneficiários:

- Executivos do MAPA: Ministro, Secretário-Executivo e Secretários das áreas finalísticas e Presidentes de Empresas Vinculadas;